

RECENSÕES

LA PRÉHISTOIRE, d'un Continent à VAutre, (dir. de Jean Guilaine), Paris, Librairie Larousse, 1986, 191 pp.

Eis uma obra de divulgação que, pelo texto e pela magnífica ilustração a cores, se pode considerar modelar, e um útil instrumento para professores e estudantes (ao nível do 1.º ano universitário). É dirigida por J. Guilaine («directeur de recherche» no C. N. R. S. e professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales), que se encarrega da introdução, intitulada «A Pré-história, uma ciência em mutação», e do cap. sexto, sobre os «Primeiros camponeses do Mundo Antigo». Os restantes autores são os seguintes: J. Evin (C. N. R. S.), 2.º capítulo, «Os métodos de datação»; H. Roche (C. N. R. S.), 3.º capítulo, «Os inícios da aventura humana»; M. Barbaza (Univ. de Toulouse-II), 4.º capítulo, «Do Paleolítico médio ao Epipaleolítico no Mundo Antigo»; D. Vialou (Muséum d'Histoire Naturelle), 5.º capítulo «As origens da arte»; S. Cleuziou (C. N. R. S.), 7.º capítulo, «Das primeiras cidades à invenção da escrita»; J.-F. Le Mouel (C. N. R. S.), 8.º capítulo, «Pré-história da América do Norte»; D. Lavallé (C. N. R. S.), 9.º capítulo, «Culturas pré-históricas da Meso-América e da América do Sul»; J. Garanger (Univ. de Paris-I), 10.º capítulo, «A Oceânia e a Ásia insular»; F. Treinen-Claustre (C.N. R. S.), 11.º capítulo, «A Pré-história recente da África»; J. Gascó (C. N. R. S.), 12.º capítulo, «Proto-história da Europa», e, finalmente, J. Vaquer (C. N. R. S.), 13.º capítulo, «Revisitar a Pré-história». Se a reconhecida competência do director da obra não bastasse, a simples enumeração dos autores citados, todos eles especialistas de renome, bastaria para avaliar o seu interesse.

O livro é de leitura fácil e atraente, tanto mais que cada capítulo se encontra dividido em pequenas alíneas, bem destacadas; as ilustrações, que incluem fotos, gráficos, mapas, quadros cronológicos, são acompanhadas de legendas relativamente desenvolvidas, conferindo-lhes grande expressividade; no fim de cada capítulo há uma bibliografia sumária, normalmente bem escolhida, por forma a facilitar o desenvolvimento do estudo das matérias propostas. Encontramos citadas bastantes obras em língua inglesa, o que é um bom sinal da abertura de espírito dos (de uma maneira geral) jovens autores do livro.

Este trabalho, embora de forma mais sucinta, é uma tentativa, quanto a nós conseguida, de fazer em língua francesa algo de comparável à magnífica *The Cambridge Encyclopedia of Archaeology*, dirigida por A. Sherratt, e publicada em 1980 (traduzida em francês pelas Ed. du Fanal, Paris, no ano seguinte). Sem dúvida que nada pode substituir este verdadeiro livro de consulta constante, tanto mais que o seu âmbito é muito mais vasto, abarcando todo o campo da Arqueologia, a nível mundial. De qualquer forma, a «Pré-história» de J. Guilaine e colaboradores, na

sua perspectiva universal, no facto de acentuar, logo no prefácio, que «não houve uma pré-história, mas sim pré-histórias (...)» (diversidade e multi-linearidade dos processos evolutivos), e no facto até de incluir um último capítulo sobre a Arqueologia experimental, mostra que «algo está a mexer» na escola pré-histórica francesa. Só pode produzir uma obra assim um país que investe na investigação fora das suas fronteiras, um país que possui especialistas de assuntos tão diversos como a Pré-história africana, americana, ou oceânica. Um bom sinal, pois. Gostaríamos talvez de ver dado, na introdução, a um maior desenvolvimento a novas perspectivas teórico-metodológicas da Pré-história, sobretudo incrementadas nos países de língua inglesa, desde os anos 60. Mas não há dúvida de que o que aí se escreve já perfila uma atitude de atenção a essas questões, que vão desde a importância que pode ter uma «visão etnológica» dos dados arqueológicos, ao significado da reconstituição dos paleo-ambientes, à necessidade de encarar o comportamento económico, social e ideológico das sociedades do passado. Assim, está-se sem dúvida no caminho correcto para o enriquecimento da Pré-história como ciência, e para a sua imposição junto do grande público com base nas suas verdadeiras aquisições, tão multifacetadas e tão decisivas para um novo entendimento da História no seu conjunto.

Vítor Oliveira Jorge

«ARQUEOLOGIA», vols. 12 (Dezembro 1985), 13 (Junho 1986) e 14 (Dezembro 1986), Homenagem a Jean Roche, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (vol. 12, 240 pp.; vol. 13, 216 pp.; vol. 14, 152 pp.).

A revista *Arqueologia*, sob direcção do Prof. Vítor Oliveira Jorge, decidiu em boa hora realizar uma homenagem ao pré-historiador francês Jean Roche, sob a forma de três números especiais, reunindo no total contributos de cerca de cinquenta especialistas, muitos dos quais se contam entre os mais conceituados autores da Arqueologia portuguesa e estrangeira (neste último caso, sobretudo franceses e espanhóis), bem como de ciências afins. No conjunto, são mais de 600 páginas, que no entanto não esgotaram a homenagem, uma vez que alguns trabalhos chegados depois do prazo serão ainda insertos no vol. 15, no prelo. Esta recolha de estudos só foi possível graças ao contributo financeiro do Ministério das Relações Exteriores da França, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Eng.º António de Almeida, do Governo Civil do Porto e do Instituto Português do Património Cultural (este último através da aquisição de exemplares).

Dissemos acima que a homenagem se realizou em boa hora, pois que o Doutor Jean Roche é um investigador que há quase quarenta anos vem realizando pesquisas em Portugal, no quadro da missão arqueológica francesa, primeiro em colaboração com os Serviços Geológicos de Portugal, e desde 1974 com a Faculdade de Letras do Porto. A esta tem prestado relevantes serviços, que se traduziram, sobretudo, na orientação de teses de doutoramento, e na manutenção de uma escola de escavação nas grutas da Columbeira, Bombarral, aberta à colaboração de estudantes da F. L. U. P.

É por outro lado surpreendente como uma pequena entidade como o G. E. A. P., animada por alguns docentes e sobretudo por estudantes da F. L. U. P., se

abalançou, com êxito, a uma iniciativa desta natureza, que, para além de ser um testemunho de gratidão ao Doutor Jean Roche pela escola que este ajudou a formar em Portugal, prestigia a Arqueologia do nosso país aquém e além-fronteiras, dada a alta qualidade dos volumes publicados. Se a revista *Arqueologia* é já uma referência imprescindível no nosso meio da especialidade, cada vez mais procurada por investigadores estrangeiros (alguns números estão já esgotados), a homenagem agora prestada a Jean Roche com estes três volumes ficará como um marco assinalável na história da edição arqueológica em Portugal, orgulhando a cidade do Porto e, indirectamente, também a sua Faculdade de Letras, sem cuja existência talvez uma iniciativa destas não fosse possível.

Susana Oliveira Jorge

COCHRANE, Eric — *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*» Chicago & London, The University of Chicago Press, 19852, /x+649 pp.

Publicada pela primeira vez em 1981, premiada pela American Historical Association em 1983, esta obra de Eric Cochrane, professor de História na Universidade de Chicago, tornou-se, rápida e justamente, famosa, graças a uma recepção calorosa e encomiástica por parte de conhecidos especialistas americanos de estudos renascentistas, o que terá justificado amplamente a sua reimpressão em 1985. Trata-se de uma obra monumental, profunda e exaustiva que, pela primeira vez, consegue estudar sistematicamente a produção historiográfica italiana do Renascimento, através da análise de centenas de autores que escreveram em latim ou italiano, em todas as regiões de Itália, durante os séculos XV e XVI. O livro que, no parecer de Paul Oskar Kristeller, ultrapassa todos os trabalhos anteriores sobre o tema, nasceu contudo em circunstâncias bem particulares que importa sumariar brevemente. Eric Cochrane foi convidado a escrever esta obra, num período de prosperidade dos estudos académicos de história do Renascimento, por um editor ansioso por satisfazer a procura crescente de livros sobre esse período. Enquanto encetava os primeiros passos na concretização do projecto, a prosperidade académica foi dando lugar a um declínio claro que conduziu a uma fuga de estudantes da história do Renascimento para domínios mais «revelantes» de estudo. A situação conduziria mesmo à dissolução do projecto editorial em que Eric Cochrane devia colaborar.

Continuando as suas pesquisas, Cochrane rapidamente se viu confrontado com dificuldades importantes: as autoridades de que se servia baseavam-se no estudo de um número muito limitado de textos da época, alguns só haviam estudado historiadores de uma única cidade, enquanto outros se limitavam a análise de historiadores individuais, sendo, neste campo, Leonardo Bruni, Bernardo Giustinian, Paolo Sarpi, Giorgio Vasari ou, evidentemente, Niccoló Machiavelli, alguns dos mais representados nesses estudos. Investigações cujos resultados monográficos conduziam, geralmente, a integrar autores e obras no contexto singular da história política de uma cidade particular, não se alcançando, em qualquer das aproximações, uma visão globalizante acerca dos significados mais pertinentes e actantes da historiografia do Renascimento. Tratava-se, como o autor justamente releva, de uma gritante contradição face ao que tinha sido afirmado acerca da importância da historiografia italiana dos séculos XV e XVI no nascimento e desenvolvimento da chamada historiografia

moderna. Finalmente, Eric Cochrane detectou que grande parte do *corpus* historiográfico do período estava por recensear e estudar, da mesma forma que muitos dos princípios analíticos e conceptuais sobre a historiografia italiana renascentista careciam de revisão e alteração urgentes. Este livro é, portanto, essa revisão, feita na base de um estudo sistematicamente orientado de todas as obras históricas produzidas nos diferentes espaços e cidades italianos do Renascimento. O resultado é um estudo de enorme importância, quer em termos heurísticos quer no que tange as aporções teóricas, que ultrapassa e substitui a conhecida *History of Modern Historiography*, de Eduard Fueter, para além de veicular um conjunto de precisões conceptuais que alteram muitos dos princípios quase normativos com que geralmente os historiadores se referem à historiografia italiana do Renascimento e ao seu papel na história da história moderna.

1. Recensar um livro de 649 páginas, que referencia mais de 1500 personagens ligadas à historiografia italiana do Renascimento e que estuda dezenas e dezenas de textos quase desconhecidos, é uma tarefa difícil e complicada, da qual só se retira uma certeza inequívoca: nenhuma recensão, nenhum resumo e nenhuma nota de leitura substituem, obviamente, a leitura do livro e, principalmente, a compreensão das suas aporções mais relevantes. Além disto, a obra não se consegue ler de um único sopro e nem sequer funciona nesse sentido, antes sendo um daqueles livros que se consultam frequentemente, que se retira muitas vezes da estante devido à sua polivalência: é útil como dicionário de historiadores italianos do Renascimento, serve também o estudo da história e da cultura epocais de numerosos estados e cidades italianas, é um insubstituível reportório de obras da historiografia e, mesmo, do humanismo italianos dos séculos XV e XVI, para além de se assumir como um manual, isto é, o guia mais completo e exaustivo acerca da história produzida na Itália renascentista. Nestas condições, qualquer recensão da obra de Cochrane representa uma selecção, um corte e uma parcialização das informações e análises veiculadas pelo livro. É o que faremos nestas notas de leitura que procurarão, centralmente, descrever o plano e principais sugestões científicas da obra, para, em seguida, tentar indiciar a discussão dos conteúdos que se nos afiguram mais polémicos e importantes.

Curiosamente, procurando reforçar a intimidade conceptual com o seu objecto, o professor americano dividiu a sua obra em livros, como nas vetustas edições dos prelos renascentistas, denunciando um plano em que se combina o espacial e o temático, ou seja, o estudo da difusão da historiografia renascentista em toda a Itália e o seu levantamento temático, através da análise dos seus géneros, formatos e conteúdos mais característicos. Assim, os dois primeiros livros — *The birth of humanist historiography* e *The diffusion of humanist historiography* — estudam as produções historiográficas renascentistas em Florença, na cúria romana, em Veneza e Génova, bem como numa série de pequenas senhorias independentes, Mantua, Ferrara, Bolonha e, ainda, no reino de Nápoles e Sícia. O livro III, intitulado *La calamità d'Italia*, estuda o impacto das sucessivas guerras e invasões, de finais de Quatrocentos e da primeira metade de Quinhentos, na propagação e consolidação das novas propostas historiográficas, enquanto o livro IV — *The revival of municipal historiography* — combina a análise e estudo da diversificação de modelos com a sua funcionalidade em espaços e interesses tão variados como Veneza, o Piemonte, Parma-Piacenza ou Génova. Já o livro V — *From municipal history to world history* — apresenta-se como um dos balanços analíticos e conceptualizantes mais importantes de toda a obra, estudando

as concepções de presente, «historia», «descriptio» e passado, fornecendo também um quadro exaustivo dos historiadores italianos que trabalharam no estrangeiro e de historiadores estrangeiros em Itália, concluindo com um importante capítulo sobre a rejeição do humanismo, rico em pistas e problemas. O derradeiro livro, o VI, intitulado *The lateral disciplines*, é uma importante incursão, não raro pioneira, no estudo da biografia, das antiguidades e da história sagrada, domínios muitas vezes concorrenciais e hostis à historiografia humanista que parece dominar tão significativamente o panorama da cultura histórica italiana do Renascimento. Interessa-nos, nas páginas que se vão seguir, tentar fornecer uma visão dos principais pontos fortes da obra de Cochrane para depois reflectirmos criticamente sobre algumas das suas aporções, objectivos e métodos.

O plano da obra, mais concretamente, os seus cinco primeiros livros, acaba por se centrar, fundamentalmente, numa investigação da genética e do curso vital de uma das principais vertentes da historiografia renascentista italiana: a história humanista — o tema que Cochrane diseca, desfibra exaustiva e minuciosamente, fornecendo contributos centrais, quantitativos e qualitativos, para a compreensão não apenas da historiografia humanista, mas até do próprio humanismo italiano. Assim, a emergência da historiografia humanista, em Florença, no século XV, cuja paternidade é claramente atribuída a LEONARD BRUNI, ocupa grande parte das primeiras 30 páginas da obra. Partindo da análise de célebre *Historiae Florentini Populi* (1449), obra divulgada após a morte do seu autor, Bruni, Cochrane procura delinear o quadro caracterizador do discurso histórico do chanceler humanista e que marcaria toda a historiografia que, no século e meio seguinte, se identifica de humanista. Um discurso histórico que começa por ressaltar das leituras dos mestres clássicos, principalmente, Tito Lívio — *Decadae* e *História de Roma «ab urbe condita»* — e Tucídides, o qual Bruni fora um dos primeiros ocidentais a ler em mil anos, mas que incluía igualmente o recurso a outros modelos, como Políbio, Salústio, Tácito e César. Contudo, a ligação tão clara e íntima, formal e literária, entre a história de Bruni e Tito Lívio, levou o professor americano a adiantar o conceito de história bruniana ou história liviana-bruniana para definir o resultado literário e a arquitectura teórica da *História do Povo Fiorentino*, enformando um modelo longamente omnipresente ainda em autores como Maquiavel ou Guicciardini.

A funcionalidade atribuída aos modelos clássicos pelas concepções historiográficas de Leonard Bruni corresponde, afinal, ao conjunto de princípios normativos adiantados pelo humanismo petrarquiano: os clássicos são utilizados como guias e não como autoridades taxativas, resultando deste entendimento uma alteração significativa do próprio conceito de *imitatio*, claramente definido pelo chanceler florentino não como um impedimento ou uma camisa-de-forças, mas como um incentivo à qualidade e originalidade da literatura histórica. Nesta ordem de ideias, sugere-se, obviamente, que cabe ao movimento humanista o papel decisivo de se assumir como um dos contributos formais e teóricos mais relevantes da história bruniana. Através dele, Leonardo Bruni, que era o herdeiro intelectual do humanismo cívico de Coluccio Salutati, e, mais tarde, os seus continuadores, adquiriram uma nova noção de mudança em história, para além de terem assimilado um esquema genérico e explicativo do devir histórico da humanidade. Trata-se, como é consabido, da tríplice divisão do tempo em história antiga/medieval/moderna, a *célobrGformatio-deformatio-reformatio* que procurava integrar e disciplinar os movimentos contraditórios, principalmente culturais, da evolução histórica.

O que caracterizaria, então, esse recém-nascido, fruto do casamento entre a formação humanista e a actividade cívico-política de Leonardo Bruni? O que a *História do Povo Florentino* claramente deixa entrever são vincadas intenções éticas e políticas, enquadradas por um entendimento pedagógico da literatura histórica: ensinar as virtudes que devem orientar a vida da *respublica*. Esta nova função e sentido do discurso histórico, entendida como estimulante às capacidades cívicas e morais dos cidadãos, só alcançariam toda a sua relevância operativa através de um recurso propositado à elegância e à retórica discursivas, o que fazia com que essas disciplinas preenchessem um vector central, nos domínios da forma, formato e organização, que enformava a conceptualização histórica. Esta expressava-se, nomeadamente, através de um recurso normativo a orações e diálogos, expressões de uma estratégia literária que deve ser também entendida como uma defesa da *utilidade* do discurso, categoria, aliás, mais original que Bruni acrescentou aos modelos clássicos e na qual insistiria nos seus textos históricos. Cochrane releva, acertadamente, essas conexões, apresentando esse cruzamento entre os modelos clássicos e a utilidade epocal como um dos rasgos diferenciais da autonomia da historiografia humanista, fundada e, até, praticada e teorizada, por Leonardo Bruni.

Para além destes elementos, a história bruniana caracterizar-se-ia, igualmente, por uma temática predominantemente político-militar, rapidamente transformada em norma, devido, essencialmente, à influência dos modelos clássicos que chegavam a sugerir que as únicas profissões compatíveis com o labor histórico eram precisamente as que se encontravam ligadas às actividades militares e políticas. Talvez radique nesta situação a autêntica marginalização de referências a estruturas sociais, como a família, ou económicas, como as artes ou o comércio e a ausência total de informações culturais, literárias e artísticas, que parecem restrições quase inexplicáveis nos escritos de Bruni, atendendo ao seu comprometimento político e social, olhando também aos contactos e círculos culturais que fomentou e protegeu. Esta redução do discurso histórico a uma dinâmica política transforma a *História do Povo Florentino* também num género monográfico que pretendia submeter toda a narrativa à história política singular de uma comunidade política particular. Esta tendência que influenciaria, sobremaneira, a historiografia municipal dos séculos XV e XVI, acabaria, contudo, por ser ultrapassada, a partir de Flavio Biondo, conduzindo a essas histórias de visão nacional e europeia como são a *História de Florença*, de Maquiavel e, principalmente, a *História de Itália*, de Guicciardini.

Eric Cochrane procura também analisar o funcionamento da história bruniana face ao problema da causalidade histórica e ao tratamento de fontes documentais. Em grande parte, estes dois vectores dependiam daquele que, para Bruni, era o objectivo fundamental a atingir pelo historiador: a *verdade*. Era este princípio que obrigava ao privilegiar de documentação primária, pesquisada mais ou menos intensamente nos fundos das chancelarias e arquivos familiares, e à promoção de uma crítica histórica apostada em dissolver ou, pelo menos, em seleccionar os mitos que embarcavam o estabelecimento da causalidade interna e imediata dos eventos. No entanto' esta causalidade factual assumia uma dimensão psicológica, centrando-se no esclarecimento das intenções e expectativas dos actores individuais e excepcionais da vida política e militar, aliás, as únicas personagens verdadeiramente entendidas como históricas. Evidentemente que estes factores não se afiguram em nada inovadores e passíveis de distinguir a historiografia humanista de algumas das formas dominantes

do fazer história medieval, em especial, a tradição cronística, por definição individualizante, factual e singular.

Na verdade, como Cochrane esclarece, a história bruniana não nasce apenas sob o impulso do humanismo petrarquiano, mas assume-se igualmente como herdeira de uma das tradições literárias florentinas mais profícuas nos finais da Idade Média, os *ricordi*, da mesma forma que não enfeitou as influências da importante tradição cronística toscana. Se, como parece evidente, ao humanismo petrarquiano foi buscar o chanceler florentino as suas aquisições ontológicas e metodológicas, o seu conhecimento da classicidade e as orientações axiais da sua aprendizagem intelectual, é, todavia, à tradição dos *ricordi* e das crónicas que Bruni recorre para reconstruir e cotejar o factual e, mesmo, boa parte das suas teses e fundamentações do devir da história política florentina. De qualquer forma, o professor Cochrane não retira destas conexões conclusões precipitadas favoráveis à existência de veios historiográficos pré-humanistas e humanizantes, como não raro se tem afirmado em relação aos sucessivos Villanni (Matteo, Giovanni e Stephano), antes optando por distinguir sem rebuços a história humanista das variadas tradições historiográficas medievais. Aliás, na história bruniana as linhas de demarcação afiguram-se adquiridas, passando por uma distinta concepção espacio-temporal, pela homogeneidade temática, pelas pretensões pedagógicas assumidas pelo discurso histórico, pelo desenvolvimento da crítica, pela expressão de uma forte sensibilidade à mudança, a insistência nas conexões causais, para além de uma reformulação da funcionalidade investida na retórica e nos diálogos. A estes pressupostos deve-se ainda adicionar a nova função que é atribuída aos agentes históricos e, sem dúvida, o princípio de ostentar o *corpus* historio-gráfico antigo como normativo.

2. Seguidamente, Eric Cochrane estuda a difusão da historiografia humanista em três espaços italianos de finais do século XV. A cúria romana, Génova e Veneza. Começa por comprovar que a prole da história bruniana não se encontrava em Florença, tendo-se concentrado nos funcionários e secretários da cúria pontifícia, definitivamente instalada em Roma, favorecida assim pela intensa rede de contactos, italianos e europeus, que proporcionava o labor na cúria. Afinal, o itinerário clássico com que habitualmente se explica a difusão do humanismo... Apoiando-se ainda nos interesses antiquários que invadiram as cortes papais de finais do *Quattrocento*, a historiografia humanista beneficiou do interesse e protecção de Eneas Silvio Piccolomini e, rapidamente, encontrou em Flávio Biondo da Forlì um dos seus cultores mais destacados.

A partir daqui, Cochrane começa a estudar a difusão regional da história humanista em confronto com as tradições e produções locais medievais e suas sobrevivências contemporâneas. Trata-se de uma irradiação regional ampla e profunda que obriga os historiadores humanistas a abordar situações diversas em comunidades políticas claramente distintas, processo que o autor estuda desde o Piemonte à Sicília e que constitui um dos pontos fortes da obra, pela sua exaustividade e rigor, dificilmente superáveis. Um impressionante conjunto de informações, centenas de nomes e dezenas de obras que parecem concordar em provar que a propagação da historiografia humanista, em Itália, foi rápida e intensa, o que quer dizer que possuía os elementos necessários para se transformar numa proposta atractiva e universal para a descrição da história das diferentes comunidades políticas peninsulares. A funcionalidade e universalidade da história humanista saem, inclusive, reforçadas das cala-

midades políticas e militares que atingem a Itália dos primeiros decénios do século XVI, tornando-se, então, no discurso privilegiado pelas diferentes propagandas políticas, em contraste com uma decadência irreversível, sentida na segunda metade de Quinhentos, em que a inanição da historiografia humanista parece apompanhar de perto o esgotamento dos seus objectos centrais — os grandes acontecimentos. Tendência de declínio que não foi, contudo, acompanhada pela historiografia municipal humanista, activada por dois estímulos principais; no campo político, pelo «patriotismo», sentimento inspirado nos acontecimentos da primeira metade do século XVI italiano, e, no campo científico, pela maior disponibilidade de modelos literários e informação histórica, viabilizados por esse instrumento indispensável na difusão do humanismo que é a imprensa. A multiplicação das edições de clássicos latinos (Salústio, César, Tito Lívio, Tácito), acompanhada pelo renovado interesse pelos clássicos gregos (Amianus, Marcelinus, Políbio, Plutarco, Xenofonte, Eusébio, Dionísio de Halicarnasso, Apiano) e ainda a impressão dos historiadores exemplares do *Quattrocento* (Bruni, Poggio, Flávio Biondo, Francesco Contarini, Giorgio Menula, Sabelivo, Cório...) > a que se juntava um interesse firme pelos clássicos da historiografia altomedieval (Paulo Diácono, Vincent de Beauvais, Giovanni Villani, José de Broglie, Ricordano Jalisipini), constituíram um mosaico extramamente favorável ao crescimento da historiografia humanista, concretizado no seu alargamento geográfico e no aparecimento de uma ampliação do horizonte de interesses temáticos e conceptuais, marcado pelo nacional e universal.

É precisamente neste quadro geral que Cochrane integra, acertadamente, as obras de Maquiavel e Guicciardini, talvez os dois nomes mais conhecidos e estudados no conjunto da historiografia italiana do Renascimento. Na verdade, contariando as opiniões correntes que distinguem na historiografia renascentista italiana uma via política de uma outra retórica, aquela correspondendo às intervenções de Maquiavel e Guicciardini, e esta estiolando num formalismo classicizante, comprova-se uma mesma inspiração unitária, não apenas nos domínios da forma e dos modelos, mas, igualmente, na funcionalidade política. Assim, os escritos históricos de Maquiavel e Guicciardini são, definitivamente, disciplinados e compartimentados na hereditariedade em que se integram, havendo, no entanto que distinguir, fundamentalmente, no caso do autor de «O Príncipe», as suas produções historiográficas de inspiração humanista das suas incursões nas áreas da teoria política, formadas por outras disciplinas e matizadas por tradições, autores e problemas diversos dos que mobilizavam a reflexão histórica.

É ainda no primeira metade de quinhentos que se concretiza a difusão europeia da historiografia humanista, ternário analisado por Cochrane na base da publicação de obras de italianos no estrangeiro (França, Espanha e Norte da Europa) ou da actuação de emigrados peninsulares ao serviço de estados europeus. Nesta linha, o autor estuda também a recepção peninsular a escritos históricos de intelectuais europeus* particularmente espanhóis e franceses que testemunharam a vida política italiana, desde o início do século XVI, conquanto se fique com a ideia de que Cochrane apenas procura indiciar a abertura de uma investigação por fazer, no quadro das inter-relações culturais epocais.

Finalmente, a história humanista vê-se confrontada, no derradeiro livro de *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, com a concorrência formal, conceptual e, em alguns casos, sociológica de outras disciplinas que reuniam outros profissionais, de várias quadrantes e diversas formações, Dão raro hostis ao huma-

nismo. À biografia, as antiguidades e a história sagrada são as disciplinas estudadas por Cochrane, fornecendo um quadro geral dos seus interesses e significados que, apesar de norteados por um mesmo interesse pela conceptualização do passado, interpretavam-no e reconstruíam-no de maneiras dissemelhantes. Aliás, estas contradições abrem caminho para um epílogo fortemente centrado no motivo de uma irreversível decadência da história humanista, vergada sob o fogo cruzado das censuras civis e religiosas, mas também incapaz de ultrapassar as disfunções que a impediam de universalizar o seu objecto, possibilitando a construção de teorias ou, até, filosofias da história universal.

3. Como se conclui destas rápidas, breves e parcelares notas de leitura do volumoso livro de Eric Cochrane, a sua espinha dorsal situa-se numa análise da génese, difusão e organização da historiografia humanista italiana do Renascimento pela primeira vez aquilatada na sua verdadeira dimensão quantitativa e irradiação geográfica. Ressalta ainda neste percurso o quadro sintético de uma tipologização dos diferentes géneros da história humanista, talvez um dos mais interessantes contributos analíticos para a compreensão da polifacetada composição formativa dessa historiografia, o que conduz à seguinte taxinomia: história liviana, ou liviana-bruniana; história contemporânea ou história do mundo; história universal ou *ab orbe condita*; cometários e biografias.

Apesar de nos encontrarmos confrontados com uma obra que parece resistir, pela sua monumentalidade, a qualquer crítica, afigura-se-nos, porém, que três questões polarizam a atenção do leitor familiarizado com os problemas da cultura renascentista epocal. A primeira questão a focalizar será a distinção entre as tradições historiográficas medievais, particularmente cronísticas e a historiografia humanista. De facto, não se compreendem cabalmente quais as verdadeiras linhas de delimitação das suas experiências literárias que parecem reduzir-se, afinal, ao conhecimento dos clássicos, e a alguns aspectos formais, como a utilização do latim e de normas da eloquência e da retórica clássicas. Por outro lado, apesar dos capítulos em que é estudada a presença de historiadores humanistas italianos no estrangeiro, e de estrangeiros em Itália, continua por realizar uma investigação sistemática comparativa da difusão da historiografia humanista na Europa, quando se sabe que ela foi profundamente desigual e veiculou um conjunto de sucessos que interrogam directamente a própria funcionalidade do humanismo renascentista e a sua aplicabilidade às disciplinas literárias. Por último, um problema central que nos parece mal colocado e, de todo, não aclarado, reside na caracterização da chamada decadência da história humanista nos finais do século XVI, mas, mais sentidamente, na centúria seguinte. De novo se recuperam alguns dos velhos argumentos da causalidade religiosa — a censura, a reforma tridentina, etc. — cruzados com a constatação da impossibilidade da universalização de um modelo que, provavelmente, terá sobrevivido longamente nas pequenas histórias municipais cada vez mais entregues à erudição e curiosidade local...

A. Polónio

FORMULARIUM diversorum instrumentorum. Un formulari notarial valència dei segle XV. Edició dei manuscrit conservat a l'Arxiu Municipal de Sueca per Josepa Cortès, Sueca, 1986, XLVIII -f 275 pp.

Esta obra, de cujo prólogo, em jeito de apresentação ao público, se incumbiu o professor José Trenchs, director do Departamento de Paleografia e Diplomática da Universidade de Valência, constituiu a tese de licenciatura da autora, Josepa Cortès, que logo passou a integrar o corpo docente do referido Departamento, prestando a sua colaboração nas áreas da Paleografia e da Arquivística.

Essencialmente constituída por duas partes—estudo preliminar e *corpus* documental— a sua publicação, em Setembro de 1986, pode considerar-se como um grande pórtico de entrada para o VII Congresso Internacional de Diplomática, celebrado de 6 a 12 de Outubro, em Valência, Castelló de Ia Plana e Peníscola, de acordo com o programa elaborado pelo supramencionado Departamento de Paleografia e Diplomática.

Na primeira parte, a autora, após haver traçado o contexto histórico em que surgiu e se afirmou o tabelionato, sobretudo mercê das progressivas exigências da sociedade mercantil do século XIII — por alguns dita burguesa — traça uma panorâmica do enquadramento legal desta actividade no reino de Valência, das condições para o ingresso no tabelionato e das obrigações que impendiam sobre cada um dos seus titulares. Apresenta, a seguir, uma síntese, sobre os formulários notariais, salientando os estudos feitos nesta matéria à escala regional valenciana, analisa o importante inédito, conservado no Arquivo Municipal de Sueca, em torno do qual gira todo o estudo, chamando à colação os problemas da autoria — sobre a qual formula uma hipótese plausível — o multigrafismo vigente no reino de Valência no século XV, a foliação e a datação, filigranas do papel e sinais notariais, mas, em especial, quanto respeita à tipologia documental — isto é, aos formulários, pois de Diplomática se trata — não omitindo, na medida do possível, o recurso aos métodos quantitativos.

Na segunda parte, apesar de o manuscrito estar truncado no início, apresenta um conjunto de duzentos e setenta e três formulários, que permitiam consignar por escrito uma variadíssima gama de actos jurídicos.

Esta recolha de formulários não constituía colecção única, pois no país vizinho havia outras, actualmente já publicadas, o que permite acentuar o contraste como desconhecimento entre nós de colectâneas idênticas, que, sem dúvida, também existiram.

A publicação desta obra é expressão clara da estreita colaboração verificada entre a Universidade e outras instituições oficiais valencianas, que, patrocinando a edição de trabalhos científicos investem fortemente na cultura, tendência cada vez mais patente e estimulada pelo fenómeno da regionalização.

Ao reflectir na estrutura e na equilibrada dimensão desta *tesina*, não podemos deixar de pensar quanto se retrocedeu, entre nós, no campo de investigação, ao ser demagógicamente abolida a exigência de um pequeno trabalho de investigação original para a conclusão da licenciatura em Letras.

/ . Marques

LINAGE CONDE, António — *Las confradias de Sepúlveda*, Segovia, Cajá de Hahorros y Monte de Piedad, 1986, 396 p. -f 5 pp. n.n.

António Linage Conde, desde há muito bem conhecido nos meios culturais europeus, em particular entre os medievalistas, pela sua vasta e erudita produção, donde emerge a obra, em três volumes, *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*, Leon, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1973, oferece-nos, agora, um aliciante e sugestivo estudo sobre *Las confradias de Sepúlveda*, relativo às épocas Moderna e Contemporânea.

O facto não surpreende, conhecida que é a facilidade com que o Autor se movimentava em qualquer das épocas e períodos históricos. Não queremos, contudo, deixar de assinalar quanto pesaram na sua opção por este tema os estudos de Pierre Chaunu, particularmente *La mort à Paris XVI^e, XVII^e et XVIII^e siècles*, como ele próprio revela, logo de início.

Através de Linage Conde e de P. Chaunu cremos poder surpreender na própria historiografia francesa das últimas décadas o eco destas palavras de Gabriel Le Brás, escritas em 1956:—«Puisque nous n'avons point les éléments d'une synthèse, notre dessein est d'offrir un plan de recherche à la compagnie nombreuse de nos érudits de l'histoire et de la civilisation». Assim falava o autor dos *Études de sociologie religieuse* ao referir-se à falta de estudos sobre as confrarias. Trinta anos depois, os ângulos de observação teriam de ser forçosamente outros e, por isso, à semelhança do que aconteceu com P. Chaunu, também Linage Conde pretende captar os aspectos mais notórios no âmbito da história das mentalidades e, no caso presente, da mentalidade religiosa, tomando como campo de observação cinco confrarias de Sepúlveda — concretamente as do SS.mo Sacramento, Transfiguração do Senhor, Veracruz e Cinco Chagas. N.^a Sr.^a do Carmo e S. Marcos — localidade a que tão profunda e afectivamente continua ligado.

Ao longo da primeira centena de páginas, o Autor faz perpassar perante os nossos olhos o itinerário histórico destas confrarias, desde o século XVI até aos nossos dias, não deixando de lamentar a falta de documentação anterior, acerca de cada uma delas, sendo, por isso, inviável fixar as datas rigorosas das respectivas erecções.

À metodologia adoptada presidiu uma indiscutível preocupação de sincronia, esforçando-se o Autor por nos dar sucessivos quadros globais no tocante a cada um dos pontos abordados neste denso estudo introdutório ao *corpus* documental, que ocupa, praticamente, três quartas partes desta obra.

Sem nos podermos deter na análise de cada um desses pontos, convém anotar que, após ter fixado as datas mais antigas que lhe foi possível apurar acerca destas confrarias, são expostos os seus objectivos fundamentais comuns, desde a diversificada solidariedade piedosa para com os defuntos, à assistência aos enfermos, ao culto litúrgico e às estatutárias ágapes *fraternais*, procurando, depois, captar nos mais variados pormenores das contas anuais a *poesia e a prosa* do quotidiano destas associações de fiéis, ambas latentes, por exemplo, nas rubricas de despesas feitas com as festas e procissões ou mesmo com os conhecidos «refrescos» e «caridades», que tantas vezes reuniam e reconfortavam os irmãos. Linage Conde presta, a seguir, atenção aos inventários destas instituições, às contas anuais e a diversos aspectos administrativos — tão importantes eles foram, sobretudo na Época Moderna — à disciplina interna, ao culto específico de cada uma delas, merecendo menção espe-

ciai a procissão do Corpo de Deus e a importância e repercussão das confrarias no contexto da piedade barroca a que não é estranho o que o Autor designa como a «civilização da cera» e do trânsito para o período romântico, etc.

Poderemos dispensar-nos de aludir a muitos outros temas expostos neste extenso estudo introdutório. Há, contudo, um que importa salientar. Referimo-nos à extraordinária capacidade e eficácia das confrarias para unirem fraternalmente pessoas de classes e estamentos sociais muito diferentes. Esta acção *niveladora*, cujos efeitos moderadores no plano social ainda não foram explorados pelos historiadores, terá de ser convenientemente analisada para a correcta compreensão das relações sociais das épocas Moderna e Contemporânea.

Cumprê esclarecer que no apêndice ou *corpus* documental não foi recolhida toda a documentação destas confrarias, mas só a considerada mais significativa. Apesar disso, constitui um excelente instrumento de trabalho para quem pretender estabelecer os sempre necessários e esclarecedores confrontos com outras instituições similares.

Não obstante o inegável mérito desta obra, há uma lacuna que gostaríamos de ver colmatada, já que o Autor iniciou este seu trabalho sob o signo da história das mentalidades, sem dúvida o aspecto mais sugestivo e atraente para o historiador, mas também o mais delicado e mais difícil de elaborar, e o menos acessível ao leitor comum. Por isso, teria sido importante acrescentar algumas páginas, em que, à maneira de síntese final ou de conclusão, se recolhesse e apresentasse sistematizado muito do que ficou disperso ao longo dessa primeira centena de páginas e vincasse, de forma incisiva, a importância do estudo das confrarias não só para a história económica e social na sua vertente associativa, mas também para a história das mentalidades e da mentalidade religiosa, em particular.

Mesmo assim, esta obra, enriquecida por um desenvolvido índice, para além da sua importância no quadro da história local de Sepúlveda, ficará como um marco importante no âmbito do associativismo laical no seio da Igreja do período pré e pós-tridentino.

/ . Marques

TEIXEIRA, José — /). *Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1986.

1. Embora com a data de 1986, apareceu, há poucas semanas, nos escaparates, uma obra de indiscutível interesse para os estudiosos do século XIX português — *D. Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei*, em edição da Fundação da Casa de Bragança.

É seu autor o Dr. José Teixeira, director do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, o qual vem, de há uns tempos a esta parte, provocando uma salutar renovação do Paço Ducal daquela ridente vila alentejana-

A obra em apreço é não só a mais recente como a melhor de quantas até hoje se publicaram entre nós sobre esta figura que, ao longo de décadas, esteve na ribalta ou na penumbra da política, no exercício de funções régias ou no quase anonimato dos bastidores, escravo, umas vezes, dos seus deveres e, outras vezes, senhor de si próprio, da sua privacidade, dos seus lazeres e da satisfação da sua vocação artística.

Tudo isto captou o Dr. José Teixeira e nos soube transmitir num volume de 360 pp., onde, ao rigor da investigação histórica, conseguiu aliar uma riquíssima ilustração gráfica.

A investigação desenvolveu-se em duas dezenas e meia de instituições, no que respeita a documentos escritos e à recolha de elementos ilustrativos.

Tal e tão vasto acervo documental é aproveitado pelo autor para organizar o seu esquema de trabalho em dez capítulos: o príncipe consorte; o casamento; os papéis políticos e militares; o paço das Necessidades; a Corte e a Residência; o pensamento da Rainha; o transbordar da personalidade artística de D. Fernando II; a actividade mecenática; a recuperação do património; a (re)construção da Pena e, finalmente, a morte e o testamento.

Quanto às ilustrações, melhor é vê-las do que referenciá-las, porque são mais de quatro centenas, quase todas dispersas e nem sempre de fácil acesso — pelo que reuni-las, num só volume, é mais um mérito deste livro do Dr. José Teixeira.

Em termos de originalidade, sobretudo na área da História de Arte, pode dizer-se que a obra contém muitos dados novos, sendo, ainda, um livro síntese muito bem elaborado sobre a personalidade de D. Fernando II, desenhando com rigor o seu perfil e situando-o no contexto político-cultural do século XIX, em Portugal, ou, se quisermos ser precisos, nos anos que decorreram entre o seu casamento com D. Maria II (1836) e a morte que o surpreendeu em 1885.

Com as características que procurámos apontar como mais significativas, não se estranhará que esta obra seja vendida por três mil escudos, o que a torna, infelizmente, inacessível a muitos interessados na sua consulta e aquisição, pelo que penso dever a Fundação da Casa de Bragança ter feito um esforço económico--financeiro, para custear, em grande parte, as despesas da publicação, de modo a baixar, substancialmente, o preço da capa. Admito até que o tenha feito, mas o resultado não satisfaz os interesses dos estudiosos, nem a projecção, em termos de venda, que a obra merecia.

2. Restam, ainda, dois apontamentos, acerca desta publicação.

O primeiro é para, citando o autor, divulgar que «O presente livro resulta do trabalho de investigação desenvolvido para estruturar e fundamentar o planeamento da exposição comemorativa do 1.º Centenário da Morte do Rei D. Fernando II, e publica-se para a apoiar, no âmbito das actividades culturais do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança».

A exposição acima referida abriu, em 11 de Abril, e fica, por três meses, no Paço Ducal de Vila Viçosa — num desafio-convite a quantos se interessam pelo estudo da história portuguesa do século XIX.

Õ segundo apontamento é para dizer que já visitei demoradamente—e por duas vezes — a exposição patente ao público ,no Paço Ducal de Vila Viçosa e que a recomendo vivamente ao interesse dos leitores desta recensão.

O Dr. José Teixeira está duplamente de parabéns — pelo livro e pela exposição — mas não só ele, porque de parabéns estão igualmente, a Fundação da Casa de Bragança, os investigadores do nosso século XIX e quantos podem deleitar-se com o prazer estético e a informação histórica que a exposição referida nos proporciona.

Fortunato Queirós